

# CONHECIMENTO E LINHA DE MONTAGEM

Suzi Frankl SPERBER

O título da revista anual – Sínteses – pressupõe resumos de trabalhos mais longos. O presente número, comemorativo do 25º aniversário do IEL, traz artigos de alunos, ou antes, ex-alunos, de modo que representa a síntese do que seja a reflexão e produção do IEL, não direi dos últimos 25 anos, mas representativa, ou simbólica, de um quarto de século de atividades, que festejamos este ano. Em verdade, não festejamos o passado, mas o presente, com vistas a uma vida intelectual que prossiga saudável, empreendedora. Decidimos aproveitar uma outra data: a da realização do VIII SETA – Seminário de Teses em Andamento. O tema de reflexão deste ano, do SETA, espaço e momento em que a revista é lançada e distribuída, é a produção intelectual como linha de montagem. É que a política das agências financiadoras ameaça os Mestrados e reduz o tempo dos Doutorados.

A soma total e perversa do tempo de escolarização no Brasil de hoje é a seguinte: o curso fundamental mantém os seus 8 anos de duração, mas reduzidos a algo que não foi ainda avaliado – e dificilmente o será. A verdade é que encontramos alunos mal alfabetizados nas 8ªs séries do ensino fundamental e até mesmo no ensino médio. Portanto, o tempo de escolarização investido foi muito mal aplicado. Maquia a desaprendizagem. Esta pode ser relacionada a um conjunto amplo de fatores: a degringolada do ensino fundamental e médio, decorrente da política educacional que vem do tempo da nossa ditadura militar; a desqualificação dos professores por parte das medidas institucionais e discursos, atitude que serve para justificar as reduções salariais; mais recentemente ao ensino continuado; e ainda, talvez como decorrência deste quadro, da falta de compromisso de uma certa parcela de professores. Não sei avaliar a porcentagem dos descompromissados, ou desestimulados. Tudo isto resulta em que os 8 anos gastos ficam reduzidos nos seus efeitos (a não ser para casos excepcionais, de alunos especiais e/ou formados em escolas de elite). Sucedem os 3 anos de ensino médio, já reduzido quanto à sua qualidade e profundidade por conta da redução de aprendizagem anterior. São, pois, 11 anos de escolaridade, diminuída, quanto à qualidade, e que está no lugar de 12 ou 13 anos, conforme o país de escolarização mais consistente com o qual pretendemos comparar o nosso. A universidade sofre as conseqüências deste empobrecimento na formação dos estudantes. E vem reduzindo carga horária para dar conta de alguns problemas: competir com cursos de licenciatura de mais curta

duração, ou de menor dificuldade e mais fácil realização (os diplomas, num cômputo geral, sempre acabam valendo a mesma coisa); redução de número de docentes; aumento de número de alunos; abertura de cursos noturnos mantendo o mesmo número de professores. A rigor, é uma correspondente à diminuição de quantidade de iogurte no pote de pretensas 200 g., que para certas marcas passou a ser de 175 g. Na seqüência temos a ameaça aos Mestrados, por conta da diminuição drástica da verba para bolsas, diminuição que chega à beira de sua inexistência para mestrados. A continuar desse jeito, em poucos anos teremos a eliminação dos Mestrados. Até mesmo naqueles que se mantêm houve progressivas reduções de números de créditos a serem completados com disciplinas. No começo eram 9 ou 10 disciplinas para o Mestrado. Hoje são 4. Para atender às exigências das agências de fomento, em breve só haverá disciplinas a serem cursadas no Doutorado, ou então teremos, no total dos dois cursos, menos disciplinas do que as que outrora foram cobradas no Mestrado.

É previsível que encontremos argumentos no sentido de que tais procedimentos sempre poderão manter a qualidade. E que o elitismo destes mecanismos em verdade é nosso conhecido: só teria havido um interregno em que se instalou uma espécie de festa, quando foram promovidos também os menos brilhantes, ou mais medíocres.

Engano dos enganados. O adiamento da alfabetização decorrente da aprovação e promoção continuada provoca frustração. A correspondente des-qualificação é desestimulante, desmotivante. Uma sociedade feita de indivíduos desestimulados e desmotivados assusta. Qualquer caminho poderá atrair tais pessoas: o do bem e o do mal. E fundamentalmente não leva à ação – ou à ação consciente. Se a atitude se estende para além deste nível de escolarização, a situação se complica. Que compromisso terão os desmotivados com a sua comunidade?

Este é um aspecto. Mas imaginemos que os desestimulados – como é esperado – não cheguem à universidade. Se a universidade já não cumprir um papel de resgate em uma qualificação otimizada, mesmo aqueles que chegarem lá receberão ainda os seus golpes deceptivos. Finalmente, chegamos à pós-graduação. Quem entrar vai ter todos os ingredientes disponíveis para a construção de uma *hybris* especial. O que o afastará ainda mais da comunidade. Mas não terá verdadeiramente o tanto de apoio para o seu mais pleno desenvolvimento acadêmico, porque as suas deverão ser pesquisas mensuráveis pelo tempo de realização. Não interessará às agências financiar um projeto de recuperação global de dados, de plena construção de memória, a menos que o universo a ser pesquisado seja distribuído por um orientador entre os seus orientandos, de tal forma que o orientando sairá um pesquisador limitado nos seus passos e horizontes.

Ainda que a medida das agências seja semelhante para todas as áreas do conhecimento, as áreas das humanidades e das artes são mais penalizadas. Por quê? Por incompetência? Ou por uma simples incompreensão do valor das artes e humanidades? As respostas dificilmente devem ser simples. Se o forem, não será por

simplicidade mas por simplismo. A resposta parece residir em que como os objetos das artes e humanidades, diferentemente dos das ciências naturais, são mais dificilmente microtomizáveis, demandam um tempo mais longo de realização. É neste ponto que a cobra passa a morder o seu rabo. Tempo mais longo de consecução passou a corresponder a eufemismo para lentidão indesejada, beirando a incompetência. Incompetência se pune com cortes de bolsas. E aí temos o quadro, que acaba jogando na cara dos estudiosos das humanidades e artes que se há tais e quais medidas, estas decorrem tão exclusivamente da incompetência manifesta no setor.

Conforme o momento histórico-político, áreas dependentes de financiamento que não costumam se manter por si mesmas e que não devem ser vistas como lucrativas para o Estado, como a educação, a arte e a cultura não comerciais ou comercializadas, podem ser dominadas por controles diversos, desde a censura à auto-censura; desde o financiamento ao não-financiamento. A educação, como a arte, pode cumprir um papel de resistência a, obstrução e destruição de preconceitos estéticos, sociais, raciais, políticos ou outros, ou, se quisermos, ao que é imperfeito, através do conhecimento. Os entraves colocados no que deveria ser a plena promoção da educação em áreas relativas às humanidades, em especial ao universo relativo aos estudos de linguagem (que incluem a literatura), levam a que deixemos de nos desenvolver até mesmo tecnologicamente.

A memória, virtualmente conservadora do conhecimento de uma comunidade e dos indivíduos, precisa ser respeitada e alimentada para ser preservada. O comprometimento total da memória é o estágio mais avançado de um processo de dominação. Quando os dominadores espanhóis destruíram a obra dos incas em Cusco e arredores, sabiam que apagariam a memória de uma cultura. Aceitar o comprometimento ou redução do desenvolvimento da memória é um ato de submissão que não pode nem interessar, nem valorizar uma comunidade. O apagamento da memória de um povo se faz com educação precária ou insuficiente.

Segundo Theodor W. Adorno, a tarefa da arte seria a de levar o caos para o seio da ordem. Esta frase, que é válida sem dúvida para a literatura, nos leva, contudo, a reconhecer que a busca da solução de problemas do conhecimento significa sempre que deve ser possível e necessário arriscar-se, significa que aquilo que se pensa não deve estar sempre amarrado a responsabilidades, à sua factibilidade ou possibilidade de realização. É justamente neste sentido que a arte leva o caos para o seio da ordem, por romper limites e amarras. Mas 'ordem' pode ser apenas equivalente a *status quo*, que não precisa ter ou estar em ordem. A manutenção do *status quo*, aparente manutenção da ordem (estabelecida) é imobilista., cristalizadora. Engessa a ação, é fator de estagnação. Aí reside a urgência de uma desestabilização. Este é o caos de que fala Adorno: sacode estruturas empoeiradas, aquece o gelo.

Sabemos que nosso meio não está em ordem. Esta desordem corresponde ao nosso *status quo*. O *status quo* mantido, conservado (há quanto tempo!), quer tão

somente dizer: deixar como está para ver como fica. No Brasil de hoje sabemos mais do que nunca que um outro tipo de ordem é necessário, porque a situação é precária. Mas tanto a criação da ordem, como a sua administração, requerem um acompanhamento crítico para evitar que chegue a se tornar uma ordem pervertida, na qual, conforme diz Adorno, é necessário introduzir o caos. Isto também é válido para a administração do conhecimento, a manutenção da memória, a ampliação de informações. A camisa de força imposta a uma formação que se quer de qualidade poderá levar a uma situação de desordem do conhecimento (ou uma ordem pervertida do conhecimento) e da educação no país, que levará mais tempo e esforços para ser consertada mais para a frente (sou uma incorrigível otimista), do que para ser completada ou estimulada no presente.